

## Ambientalização da Geopolítica ou “Outras fronteiras” na Amazônia Brasileira?



Márcio Roberto Vieira Cavalcante\*

### Resumo

O presente artigo tem como enfoque principal discutir as atuais mudanças geopolíticas da Amazônia brasileira, tomando como ponto de partida de tal discussão as recentes políticas públicas em curso na região. Em seu desenvolvimento, o artigo identifica que há na Amazônia uma significativa moldagem (ou remodelagem) das relações entre o poder estatal, meio ambiente e a sociedade civil.

**Palavras-chave:** Amazônia. Geopolítica. Desenvolvimento.

### Abstract

The principal focus of this article is to discuss the currents geopolitics changes of Brazilian Amazonian. This discussion has as starting point the public politics of region nowadays. At development, the article identifies there to be in Amazonian a significant molding (or remodeling) of relations among the state power, the environment and the civil society.

**Keywords:** Amazonian. Geopolitic. Development.

---

\* Mestre em História Social – Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) – Universidade Federal do Amazonas (Ufam). [marcio\\_rbr@hotmail.com](mailto:marcio_rbr@hotmail.com).

## Outras fronteiras<sup>1</sup>

Discutir os significados e as possíveis interpretações da Fronteira nos possibilita um entendimento sobre os diversos “caminhos e fronteiras” na construção do que entendemos por nação. A Fronteira vem sendo representada como o espaço, ou região, que se constitui como problema para a implementação do projeto de nação. Como uma espécie de antítese da nação desejada, que deve ser integrada por meio de processos de incorporação e integração de “vazios demográficos”.<sup>2</sup>

As interpretações da Fronteira, em sua grande maioria, estão vinculadas ao processo de “Conquista do Oeste”, o movimento de avanço e ocupação sobre as terras “livres” norte-americanas. Processo largamente documentado e explicitado por Frederick Jackson Turner. Explicações que tomam como ponto de partida as possibilidades de se analisar a História do Brasil, da Amazônia no caso específico, a partir de chaves explicativas em comum: formas de transposição e adequação da lógica da Fronteira norte-americana para contextos e realidades diversas.

Essa aproximação do conceito de Fronteira com o processo de Conquista do Oeste norte-americano passou a vinculá-lo sempre a uma espécie de espaço limite, ou linha divisória, entre terras povoadas e terras livres. Entre o limite da civilização e do primitivo.<sup>3</sup> Onde sociedade e natureza se enfrentariam pela primeira vez dando lugar à criação de novas formas de produção do espaço.

Nesse confronto entre “moderno” e o “arcaico”, insere-se a figura do pioneiro como o desbravador dessas “terras livres”. Como aquele que, ao conquistar o Oeste, entra em contato com a simplicidade e rusticidade das sociedades primitivas e, nesse processo, se vê obrigado a adequar-se às formas tradicionais de relação com a natureza. É só após o processo de adaptação aos padrões nativos de viver e perceber o mundo que o pioneiro tem a possibilidade de retomar a evolução rumo à civilização. A tese central do conceito de Fronteira de Turner é o de válvula de escape. Segundo o autor, todas as vezes em que as condições sociais tenderam a se cristalizar no Leste, sempre que o capital tendeu a oprimir o trabalho ou impedir a liberdade houve o portão de escape para as condições livres de Fronteira.

No entanto, ao contrário, esse não se desenrolava de forma tão livre e fluída como afirmava Turner, passava por momentos conflituosos e tensos



entre pioneiros e povos nativos. Esse movimento de expansão americana se desenrolava em territórios que não eram totalmente vazios, processo excludente que resultou na marginalização de diferentes povos que habitavam a região Oeste da América do Norte.

É sob a ótica dessa perspectiva nacionalista e Etnocêntrica<sup>4</sup> que vai ser contada a história das ocupações territoriais em outras regiões, todas apontando para um padrão explicativo da Fronteira de Turner. A utilização desse modelo é usual para explicitar o desenvolvimento capitalista no Brasil e da “Fronteira Brasileira”.<sup>5</sup> A grande contestação da referida tese diz respeito às possibilidades de se focalizar a História das Américas, especificamente da História do Brasil, a partir desta chave explicativa. Como explicar os diversos processos que ocorrem em regiões igualmente diversas, com suas especificidades e complexidades locais, a partir do modelo explicativo norte-americano?

Uma das contestações mais significativas para essa lógica é a pergunta recorrente: como explicar a Fronteira, utilizando o modelo da Fronteira norte-americana se a primeira começa a se movimentar com mais de duzentos anos de antecedências em relação ao caso norte-americano?<sup>6</sup> O que explica a contínua utilização do conceito de Fronteira de Turner para explicar a história e o desenvolvimento de regiões em outras partes da América, mesmo sendo latente que o padrão de ocupação de terras norte-americanas não se reproduziu em outras regiões do que se convencionou chamar “Novo Mundo”? E em se tratando do caso bem específico da região amazônica, como continuarmos reproduzindo um conceito *que dificulta uma leitura de mão dupla, do ver e do ser visto, reforçando a ideia da existência de uma centralidade dominante [...] que carrega em si um significado desagradável, pejorativo, dado por quem está no centro...* (NOGUEIRA, 2001, p. 150). Continuamos reproduzindo uma noção construída de fora que se tornou usual para classificar o outro e, nesse sentido, encerrar as possibilidades de ser e existir.

O sociólogo Boaventura de Souza Santos (2006), em um significativo estudo intitulado a “Gramática do Tempo”,<sup>7</sup> tece algumas considerações que nos ajudam a problematizar as perguntas feitas acima. Segundo o autor, nós, na contemporaneidade, não temos um conhecimento adequado para explicar a diversidade cultural do mundo. E que essa diversidade cultural, da qual a Amazônia é um exemplo muito próprio, segundo ele, não pode ser concebida, nem tratada sem uma concepção epistemológica adequada. O autor aponta



para a necessidade de uma revolução epistemológica, necessidade de novos olhares, novos sentidos que nos aproximem da complexidade de significados que o tema traz em si. A necessidade de construirmos uma epistemologia do Sul frente ao limitado poder explicativo da epistemologia do Norte. Rompermos com sentidos e compreensões que ainda hoje dominam as nossas universidades, que ainda hoje dominam o nosso saber e que acabam sendo uma epistemologia que, de algum modo, está fechada dentro de si mesma.

Essa epistemologia do Norte, criada no Norte, ao considerar-se universal, deixa de fora toda uma experiência de mundo que é muito mais diversa. Nesse sentido, esse imaginário eurocêntrico desconsidera a diversidade que há na América Latina “*como não significando uma alternativa viável, uma diversidade credível às vivências e às consciências do Norte?*” (SANTOS, 2006, p. 6). Para criar um sentido da Fronteira que leve em consideração a diversidade do Brasil, a Amazônia especificamente, é necessário romper com o que o autor chama de monocultura do saber científico. É preciso construir uma referência que nos forneça subsídios para a construção de *uma outra Fronteira* que abarque toda a experiência e diversidade da América Latina (REBORATTI, 1990).

Talvez a Fronteira que tenhamos de construir tenha suas raízes não totalmente no processo de conquista do Oeste, mas também em um processo que ocorre há pelos menos duzentos anos e que diz muito mais sobre a construção de nossa nação. Tem suas raízes na tradição tensa e violenta dos bandeirantes e dos sertões:

Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou semióticos, ora a afirmar-se ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que tivessem revelado mais ativos (HOLANDA, 1994, p. 13)

Essa nova fronteira de que Sérgio Buarque de Holanda fala, que segundo ele já aparece nos textos da primeira fase da colonização do Brasil, bem pode ser utilizada independentemente de qualquer relação com o significado que adquiriu com os trabalhos de Turner.<sup>8</sup> Essa Fronteira que tentamos construir hoje tem em sua produção espacial uma complexidade muito maior e seu

estatuto de periferia está sendo a cada momento dissolvido pela significativa centralidade atribuída às áreas que assim são identificadas.

O significado contemporâneo da referida Fronteira continua associado ao Estado e à tecnologia como seus elementos constitutivos, no entanto, somados a muitos outros. Fronteira que continua sendo alvo de contínuos processos de incorporação a espaços econômicos determinados. Como já foi afirmado acima, em seu processo de produção, o estatuto de periferia vem perdendo sentido, já que se apresenta inserido no cenário de incorporação do espaço econômico global, no caso específico, América Latina. A relação que se estabelece não é mais de centro e periferia, mas fundamentalmente, de local e global. Apresenta-se ainda dotada de um significativo potencial político, que contém elementos específicos do local; no entanto, se constitui como alvo, por excelência, do processo de estruturação e integração ao global, leia-se continente sul-americano (BECKER, 1988). Segundo a autora citada, a Amazônia que, em sua opinião,<sup>9</sup> aparece como um dos últimos grandes espaços escassamente povoados, vem nos últimos quinze anos envolvida por um intenso movimento de apropriação de suas terras e seus recursos por forças nacionais e internacionais.

Para Becker (1988), a dificuldade de se forjar um conceito adequado de Fronteira consiste exatamente na inoperância do conceito tradicional da Fronteira. Já que a Fronteira contemporânea não pode ser mais pensada exclusivamente como *“franjas do mapa em cuja imagem se traduz os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social”* (BECKER, 1988, p. 56). Nesse sentido, faz-se necessário percebermos que conceitos como este são historicamente enraizados e que refletem as situações sociais e políticas de sua época, deixando claro a necessidade de uma nova definição de Fronteira mais abrangente.

Essa produção da Fronteira que, em linhas gerais, é produção do território, não pode ser percebida apenas como algo natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. A proposta é de pensar a Fronteira a partir de uma perspectiva integradora entre essas diferentes dimensões do social. A proposta aqui defendida é de pensarmos que o território que compreende a região de Fronteira define-se a partir de referências sociais e o contexto histórico a que corresponde. A fronteira, nesse sentido, pode ser vista como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia, e cultura (COSTA, 2004).

A necessidade de reconstruirmos um conceito de Fronteira mais adequado às especificidades das regiões que sempre foram vistas sob a ótica



*Turneriana* pelos diferentes grupos de geógrafos e historiadores é o principal objetivo na construção do presente artigo. A proposta aqui defendida é da possibilidade de reconstruirmos a história dos processos socioeconômicos da Amazônia brasileira com o intuito de evidenciarmos em nossas construções as significativas mudanças geopolíticas que vêm ocorrendo em nível regional iluminados pela tentativa epistemológica de construção de um novo conceito de Fronteira Agrária. Em linhas gerais, é construir uma análise territorial a partir de uma perspectiva histórica, evidenciando significativos contextos histórico-sociais. Partimos da compreensão de que a Fronteira enquanto relação social tem como uma de suas características mais importantes a sua historicidade.

### O lugar da Amazônia no continente Sul-Americano

A Amazônia brasileira não deve ser considerada de forma isolada. A prioridade estabelecida na política externa do governo Lula de ênfase na integração continental leva a uma preocupação maior com a Amazônia sul-americana, tendo a bacia amazônica e o bioma florestal como referências. De outro lado, o PAS quer colocar o debate acerca do desenvolvimento da Amazônia no contexto de desenvolvimento do País, inclusive com a perspectiva de revisão de velhas abordagens que predominaram na interpretação da região (PAS, 2005, p. 5).

Os processos em curso na Amazônia, que podem ser identificados como essa “outra Fronteira”, que falamos anteriormente, têm sua origem datada a partir de 1978, com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica,<sup>10</sup> quando vai ocorrer uma significativa mudança na proposta de integração da Amazônia. Todas as tentativas de integração voltadas à região partiam da perspectiva de incorporá-la ao todo do espaço político e, sobretudo, econômico do território brasileiro. Com a assinatura do referido tratado, a proposta passa a ser de um processo de desenvolvimento compartilhado por todos os países da bacia amazônica, preservando a autonomia e soberania de cada um de seus participantes. A estratégia passava pela proposta de garantir a integridade e soberania nacional sobre a região por meio de sua efetiva integração ao espaço econômico do continente sul-americano. Estavam garantidos, com essa iniciativa, os dois grandes vetores de preocupação dos militares em relação à região: ocupação e desenvolvimento.



“Animadas do propósito comum de conjugar os esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as partes contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais.”

Além da significativa mudança na geopolítica amazônica, havia também uma nova variável na referida proposta. Foi a primeira vez, nas cúpulas de Brasília, que ao discutir desenvolvimento para Amazônia cogitava-se a possibilidades de um desenvolvimento equitativo que deveria ter como condição de possibilidade o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. A incorporação da variável ambiental nos debates sobre o desenvolvimento para Amazônia pode ser explicitado ao levar em conta que as desastrosas implicações sociais e ambientais da anterior proposta de desenvolvimento ganharam uma importante projeção internacional e, com isso, originaram pressões externas. Além disso, há o reconhecimento de que os recursos naturais são estratégicos para esse novo momento de incorporação da Amazônia em que o papel da região passa a ser redefinido e o vetor tecnológico entra em questão (BECKER, 1996).

Além da proposta de desenvolvimento e preservação da Amazônia continental, da cooperação científica, da liberdade de navegação comercial no curso do Rio Amazonas e demais rios amazônicos internacionais, é o artigo X que mais chama a atenção no tratado de cooperação e o que mais nos dá subsídios para entendermos essa nova proposta geopolítica para a região amazônica:

As partes contratantes coincidem na conveniência de criar uma infraestrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transporte e comunicações. Consequentemente comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões, rodoviárias, de transporte fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais.<sup>12</sup>



Com essa proposta, os oito presidentes dos países que compõem a faixa de fronteira amazônica inseriram definitivamente a região em lógica de integração continental, fundamentada na construção e consolidação de uma ampla infraestrutura sul-americana. Lançaram, com isso, a semente do que, em 2000 também em Brasília, ficou conhecido como a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (Iirsa). Tal empreendimento foi consolidado em uma reunião de presidentes da América do Sul, no mês de agosto de 2000. A proposta aprovada, na referida reunião, passava também por ações conjuntas para impulsionar o processo de integração sul-americano, firmado em 1978.

As ações firmadas passavam pela modernização da infraestrutura que foi resultado das ações do Tratado de Cooperação Amazônica. Essa nova ação concebe a América do Sul como um espaço geoeconômico plenamente integrado, para o qual é necessário reduzir as barreiras internas (leia-se nacionais) ao comércio continental. No caso da Amazônia, especificamente, o projeto prevê eixos de integração e desenvolvimento (Eixo do Amazonas – Brasil, Colômbia, Equador, Peru; Eixo do Escudo das Guianas – Brasil, Guiana, Suriname, Venezuela; Eixo Peru – Brasil – Bolívia) que estarão responsáveis pela estruturação da região para sua efetiva incorporação à economia continental. Essa forma de pensar o desenvolvimento e integração da região amazônica, especificamente, parte de uma concepção que entende a globalização e a integração regional como meios que devem ser promovidos como duas dimensões complementares dos países que a compõem.<sup>13</sup> A intenção de construir essa visão geoeconômica é de inserir, definitivamente, a Amazônia em uma lógica de mercado continental, com o objetivo de construir corredores de exportação que possam facilitar a produção, seu escoamento e comercialização entre os países da América do Sul, integrando regiões que ainda não tiveram seu potencial econômico explorado integralmente. Como é possível perceber, o planejamento estatal e as ações privadas em curso na Amazônia continuam sendo norteadas pela necessidade de integração regional, fundada na construção de infraestrutura para subsidiar o desenvolvimento da região.

O novo cenário político nacional e mundial equaciona de outra forma essa necessidade, e o lugar da Amazônia na atual geopolítica. Diferentemente da geopolítica militarista, presente na Fronteira Clássica, onde a integração regional tinha como objetivo a garantia da soberania por meio da manutenção das fronteiras territoriais, hoje se percebe uma ênfase cada vez maior em



estabelecer a integração da região e de sua economia à economia de outros países da América do Sul, por meio da *desintegração simbólica* das fronteiras jurídicas (CASTRO, 2002).

Essa proposta está delineada no Plano Amazônia Sustentável (PAS).<sup>14</sup> A intervenção governamental visaria a promover o desenvolvimento da faixa de Fronteira por meio de *sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul*.<sup>15</sup> Nesse sentido, as políticas públicas para a região são formuladas com objetivo de enfrentar as desigualdades regionais com base em uma proposta de possível desenvolvimento diferenciado. Para esse fim, estão sendo articulados investimentos em infraestrutura econômica. Inserido nesse planejamento das políticas de desenvolvimento regional, destaca-se o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira que tem como objetivo específico promover a estruturação de uma região altamente complexa em suas relações com os países vizinhos e que, por um processo histórico de abandono governamental, é extremamente carente de infraestrutura. Dessa forma, a Fronteira passaria a ganhar um importante aspecto estratégico tanto no que diz respeito à competitividade comercial do País, quanto para a proposta de integração continental. As áreas de fronteira que historicamente vêm sendo qualificadas como “faixas de segurança”, que inibiam o desenvolvimento e os projetos de integração, foram elevadas à condição de espaços de integração econômica e política entre as nações sul-americanas.

A crescente cooperação entre as comunidades existentes nas regiões de fronteira também constitui uma prioridade e envolve um somatório de esforços entre as autoridades nos níveis nacional e local dos diversos países, com vistas à implementação de projetos bilaterais de desenvolvimento fronteiriço. Tem-se buscado, ainda, um maior envolvimento dos respectivos setores privados no processo de progressiva aproximação entre seus vizinhos amazônicos.<sup>16</sup>

As áreas situadas na Fronteira brasileira, especialmente aquelas localizadas na Amazônia de ocupação econômica recente, estão sendo priorizadas pela política de desenvolvimento. São áreas consideradas de baixa densidade populacional e que têm uma significativa ausência de infraestrutura que possa subsidiar a integração transfronteiriça. A construção dessa infraestrutura está



prevista nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. É a partir deles que, nos últimos anos, se intensificaram investimentos direcionados à abertura e asfaltamento de estradas, construção de barragem, hidrelétricas e hidrovias entre outros empreendimentos direcionados ao desenvolvimento da região. Todos esses empreendimentos estão sendo planejados e implementados tendo como justificativa inicial a necessidade que a região amazônica tem de um crescimento ambientalmente sustentável e redutor de desigualdades regionais. Essa nova orientação tem como proposta principal modificar *a percepção predominante no passado, que entende o meio ambiente como obstáculo ao crescimento econômico, para inseri-la como variável qualificadora do novo modelo.*<sup>17</sup> Nessa moldagem (ou remodelagem) das relações entre poder estatal, meio ambiente e a sociedade civil na Amazônia, ganha destaque a proposta de integração sul-americana. Que, nas entrelinhas do “novo” plano, situa a Amazônia no contexto continental. Nesse sentido, a integração da Amazônia sul-americana seria uma tentativa de articulação de conexões (ou relações) da região com a totalidade do continente sul-americano. Ora acentuando as relações com o espaço global, ora acentuando a soberania nacional e as relações com o restante do território nacional (BECKER, 2006).

Segundo Castro (2002), todo esse processo tem sido decisivo para a ampliação do desenho da integração do Brasil com seus países limítrofes; e todas as medidas da política nacional estão sendo norteadas por esse objetivo. É interessante se debruçar sobre a referida proposta de integração, uma vez que ela é fundamental para refletirmos sobre os processos recentes que ocorrem na Fronteira e que passam a ser constitutivos de uma “nova Fronteira”. Tanto Castro (2002) quanto Becker (1988) mostram que a noção de Fronteira passa por processo de revisão, não significando somente o espaço de reconquista e ocupação de atores econômicos sociais. Mas, fundamentalmente, *como uma Fronteira cujo papel político é redefinido pela sua capacidade de potencializar a integração de mercados para além dos limites nacionais* (CASTRO, 2005, p. 102). Nesse processo, a Amazônia, por sua posição geopolítica e singularidade de ter oito países como vizinhos, representa um espaço sul-americano estratégico nesse novo rearranjo geopolítico.

Em síntese, a discussão sobre as ações do Estado acompanha esse caminho de integração de mercado do ponto de vista de implementação de políticas macro, a exemplo das opções tomadas com os grandes projetos para Amazônia das décadas de 70 e 80, em especial a construção de grandes eixos... Trata-

se agora, neste início de um novo milênio, de novos patamares e desafios que se colocam a um projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro (CASTRO, 2002, p. 8)

O grande desafio colocado por CASTRO (2002) é inserir verdadeiramente a variável ambiental no planejamento do Estado, que já está em curso na região por meio do Plano Plurianual – Brasil para Todos e dos Eixos Nacionais de Integração que estabelecem a intervenção estatal na região por meio de grandes projetos de infraestrutura que priorizam o crescimento econômico. Sem a referida inserção, as ações do Estado podem gerar os conhecidos e não desejados impactos econômicos, sociais e ambientais que sempre fizeram parte da história socioeconômica da região. Esse processo bem pode ser identificado como relações mercantis globalizadas, onde *o local está irremediavelmente ligado, nas relações econômicas, ao global, ainda que por processos diferenciados* (CASTRO, 2002, p. 10). O eixo norteador desses processos diferenciados diz respeito ao papel do Estado, que continua responsável pela organização e formulação de políticas; no entanto, a grande diferença é que, em lugar de fazer *frente à necessidade de proteger e defender o território, hoje o Estado é chamado a defender a economia* (Idem). A pergunta que é formulada, diante desse significativo cenário, é a seguinte:

Então, o que teria mudado em relação a outros momentos de intervenção na década de 70 com os programas de colonização, de construção de grandes eixos rodoviários, de incentivo maciço à pecuária? E nos anos 80, com o programa Grande Carajás? Neste caso, ficou muito visível passados os anos, que não somente conseguiram se instalar na forma de grandes empreendimentos econômicos, porém, sob um discurso de projetos de governo, mas também impuseram rupturas nos modos de vida dos grupos sociais e de organização e apropriação do território (CASTRO, 2002, p. 30)

A pergunta de Castro (2002) é extremamente pertinente diante de uma análise das atuais políticas estatais de estruturação do território. Não precisamos ser muito minuciosos para perceber que os instrumentos de intervenção do programa “Brasil Pra Todos” do atual governo Lula, orientados para Amazônia,



assemelham-se em muitos aspectos, ao programa desenvolvimentista do “Pra Frente Brasil” do regime militar. No entanto, há aspectos dessa nova proposta de ocupação da região que podem ser evidenciados. Já falamos, anteriormente, das mudanças que ocorrem no que diz respeito ao papel do Estado e, diretamente relacionada a este processo, a proposta de integração regional que está sendo construída na região. Mas é no contexto geopolítico que se nota a maior diferença entre as duas propostas: *do novo significado da geopolítica, que não mais atua na conquista de território, mas sim, na apropriação da decisão sobre seu uso* (BECKER, 2006, p. 21).

É esclarecedora, e ao mesmo tempo problemática, a afirmação que Becker (2006) constrói em relação ao novo lugar ocupado pela região amazônica na atualidade. Ao mesmo tempo em que, em nível internacional, se constrói infraestrutura para subsidiar a integração regional da Amazônia com os países limítrofes que compõem sua fronteira, dando ênfase a uma Amazônia continental, como fronteira de recursos naturais que devem ser concebidos como estratégicos para esse momento de reprodução do capital, mesmo com todo esse processo, a região continue, em nível nacional, ocupando a condição de fronteira de recursos, isto é, área de expansão do povoamento e da economia nacional, expansão que deve garantir a soberania brasileira sobre seu território. Nesse caso, é o conceito de soberania que passa a ser polissêmico no interior das políticas de estruturação do território, ele transita de uma noção de soberania nacional integral no que diz respeito às políticas internas do Estado brasileiro a uma noção de soberania difusa no que se refere à política externa do governo e de setores do capital privado.

Além da complicada noção de soberania que se desenvolve na região amazônica, é o conceito de geopolítica aplicada por Becker (2006) que deve ser discutido, pois é a partir dele que podemos entender melhor o “novo” significado da Amazônia no cenário nacional e internacional. O significado da região está intrinsecamente relacionado ao processo de valorização ecológica que vem acontecendo nas duas décadas do século passado. É o valor atribuído ao potencial de recursos naturais da região que lhe garante a condição de fronteiras de recursos naturais. O conceito de geopolítica se insere neste contexto como uma estratégia de criar reservas de valor, ou seja, *a apropriação da decisão sobre o uso de territórios e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro* (BECKER, 2006, p. 35). No entanto, no presente, as estratégias geopolíticas

têm construído tendências e intervenções no sentido de *viabilizar a realização do capital natural através de um processo crescente de mercantilização da natureza* (Idem). Desenvolvem-se, com esse processo, duas frentes de expansão contraditórias na região amazônica, uma imbuída com a lógica da valorização do capital natural que se insere no processo com interesses, visando à proteção e uso sustentável dos recursos. Por outro lado, a lógica da fronteira clássica, onde o mercado estimula a derrubada da floresta, ou a substituição desta pela soja. As questões que se colocam, inseridas nesse conflituoso contexto, e que diz respeito às políticas de Estado são:

As mudanças ocorridas na região revelam que não se trata mais de ocupar o território. Ele já está ocupado, e espera-se que as florestas existentes sejam mantidas com suas respectivas populações. No novo contexto, a prioridade das políticas públicas para a região não deve mais ser a ocupação do território, associada ao projeto de integração nacional dos anos 60, mas sim, a política de consolidação do desenvolvimento, almejado hoje por todos os grupos sociais (Ibdem, p. 135).

No entanto, é essa tentativa de consolidação do desenvolvimento da região que a mantém no papel de “fronteira de expansão”, elevando-a, segundo Théry (2005), subitamente de periferia do Brasil a centro do continente. Como já foi explicitado, é a posição geográfica da região, ou seja, sua estratégica situação de fronteira com oito países sul-americanos que garante sua situação de centro do continente; e que define o peso real da Amazônia no interior desse processo de integração sul-americana. *Já não se trata mais de conquista e de satelitização, mas de cooperação transfronteiriça e de integração continental* (THÉRY, 2005).

Essa situação descrita por Théry (2005), ainda que todas as estratégias midiáticas mostrem o contrário, revela que a região continua se configurando como o paradigma de economia de Fronteira, *onde o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais* (BECKER, 2005, p. 35). Paradigma esse que tem caracterizado toda a formação latino-americana. A economia de fronteira na Amazônia vem se realizando e consolidando por meio do projeto de integração da Amazônia ao todo do espaço econômico continental sul-americano. Proposta que está em curso na região e que vem redefinindo seu lugar, e o peso que tem no contexto nacional e internacional, além de construir outras práticas de territorialização das



intervenções estatais na Amazônia, no sentido de fomentar o desenvolvimento e o crescimento econômico.

As políticas públicas para Amazônia passaram a refletir o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas de cidadania, e é essa transição que se expressa em duas políticas públicas paralelas, desarticuladas e conflitantes. Ambas visam ao desenvolvimento numa estratégia territorial seletiva, mas o desenvolvimento previsto por uma e pela outra, mais que diversos, são opostos. Uma baseia-se no favorecimento de novos investimentos para infraestrutura e outra está direcionada para as populações locais e a proteção ambiental (BECKER, 2006, p. 127)

Tanto Becker (2002) quanto Mello (2002) sustentam o argumento de que esse modelo de desenvolvimento em curso na região amazônica configura-se como uma coexistência de dois modelos de desenvolvimento. De um lado, o recuo na maciça predominância histórica de um modelo exógeno na ocupação regional, que se baseia em uma visão externa ao território e que privilegia relações com centros econômicos; de outro ângulo, o resgate e fortalecimento de um modelo endógeno. Segundo a autora, o resgate (ou construção) do modelo de desenvolvimento endógeno vem sendo garantido pela construção do projeto ambientalista que propõe a formação de imensos corredores *ecológicos para proteção ambiental, constituídos de um mosaico de áreas protegidas* (IBDEM) e, com o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no território. Já o modelo exógeno, vem sendo garantido com a implantação de grandes corredores de desenvolvimento previstos no Programa Brasil em Ação e fomentados pelo Iirsa. Em suma, as autoras trabalham no sentido de pensar que, na região, *coexistem ações de fortalecimento da economia de mercado ao lado de discursos favoráveis a novos modelos de desenvolvimento que integrem sustentavelmente o meio ambiente* (MELLO, 2006, p. 127).

Corredores de transporte e corredores de conservação implementam, respectivamente, os modelos exógenos e endógenos orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes. Políticas que expressam o embate de interesses econômicos e político-ideológicos diversos (Ibdem).



Pode-se afirmar, a partir de uma reflexão mais atenta sobre a realidade regional, que o modelo de desenvolvimento endógeno a que se refere Becker (2006), que teve sua gênese ligada à criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, somado à pressão ambientalista internacional e nacional, e que se materializa na efetivação de políticas ambientais, não se constitui como uma endogenia efetiva ou não é garantida com um grau de autonomia significativo. As intervenções desse pretenso desenvolvimento endógeno, de que falam as autoras, aparecem sempre como anexo das intervenções voltadas à construção de infraestrutura, para o desenvolvimento exógeno. É possível afirmar que elas aparecem como políticas compensatórias ou mitigadoras em relação aos históricos impactos sociais, econômicos e culturais que intervenções deste tipo vêm causando na região.<sup>18</sup> A peculiaridade das referidas intervenções consiste no fato de que ocultam, sob o discurso e a propaganda oficial de “desenvolvimento” com “sustentabilidade”, a forte pressão sobre os recursos naturais. Essa noção de desenvolvimento evidencia novas formas de intervenção não apenas na dimensão espaço-geográfico, mas em toda a geopolítica da região, legitimada por um discurso que incorpora as falas e bandeiras de luta do movimento de trabalhadores rurais como elemento crucial para o controle e reordenamento das relações das relações de poder, promovendo uma nova modernização (ALBUQUERQUE, 2007).

Tal modernização é resultado direto das políticas federais que se sucederam no século passado na região, e que foram responsáveis pela modelagem nas dinâmicas sociais atualmente presentes. Historicamente, as intervenções estatais na Amazônia vêm ocorrendo por meio de formas de ocupação construídas a partir de surtos devastadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional (BECKER, 2001). Nesse novo momento de apropriação da região, essa lógica histórica de ocupação por meio de processos tensos e conflituosos se reproduz. No entanto, a lógica de mercado que está norteando todo o processo de reocupação é continental, sul-americano especificamente, e o produto valorizado nessa lógica integracionista é a natureza. O promotor desse processo não é mais o Estado brasileiro; este subsidia o andamento, retirando do caminho os entraves nacionais. O gerenciamento do processo de reocupação econômica da região acontece por meio de uma instituição que representa um conglomerado de agências de fomento internacionais e vários governos nacionais, que atende pela denominação de Iniciativa para Integração Regional da Infraestrutura

Regional Sul-Americana (Iirsa), e que vem desenhando uma territorialidade da dominação do capital sul-americano na Amazônia.

A referida territorialidade é resultado também do processo de construção de um *novo federalismo, onde a centralização é substituída por uma divisão de competências e de responsabilidades entre os três níveis de governo, iniciando uma fase de descentralização e redistribuição de poder do governo federal para os governos estaduais* (MELLO, 2006, p. 269). Nesse sentido, não é possível pensar essa nova reocupação da Amazônia, da qual falamos anteriormente, como uma *iniciativa autoritária e unilateral de uma instância de governo* (IBDEM), mas fundamentalmente, como fruto de um processo de negociação descentralizado entre Estados brasileiros e agências de fomento. A noção de novo *federalismo*, apresentada por MELLO (2006), é extremamente significativa para nossas reflexões; no entanto, deve ser relativizada em se tratando de regiões que continuam se constituído como Fronteira econômica, como é o caso da Amazônia, já que nessas regiões a reforma do Estado da qual a autora se refere não pode ser pautada pelo recuo do aparelho estatal, de maneira a deixar tudo nas mãos do mercado.

Em regiões como as que tratamos devido à velocidade e à desordem das transformações, faz-se necessário a regulação do Estado (BECKER, 1990). De todo modo, todas essas estratégias apontam para um cenário de incorporação progressiva dos territórios da Amazônia ao mercado continental. Nesse processo segundo Mello (2006), apesar de apresentar uma significativa alteração nas formas de conceber, decidir e gerir as políticas públicas para Amazônia, sobretudo as territoriais, percebem-se *vetores com forte poder de reestruturação do território* (MELLO, 2006, p. 309), sem a legítima preocupação com os impactos e o necessário comprometimento ambiental.

Os primeiros, os mais profundos desses vetores, correspondem à implantação da infraestrutura econômica, que induz outros fatores de ação antrópica sobre diferentes ecossistemas. Podem ser vistos como corredores de maior intensidade, construídos pelas estradas, e que provocam além de intensos desmatamentos, deslocamentos de população e de atividade econômica (IBDEM).

Pode-se afirmar, a partir do argumento de Mello (2006), que esse novo modelo de desenvolvimento para Amazônia, apesar de atuar a partir de formas e instrumentos diversos, continua reproduzindo as velhas estratégias desenvolvimentistas que sempre fizeram parte do contexto amazônico,

articuladas aos históricos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais que a colonização da Amazônia, fundamentada no interesse de integração da região a espaços econômicos, vem causando.

As estratégias de integração nacional e regional da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e a consolidação da política de integração da América do Sul continuam atuando a partir de instrumentos que privilegiam o desenvolvimento a partir das transformações do território; a novidade do novo modelo é que tudo ocorre na região à sombra da propaganda do “desenvolvimento” com “sustentabilidade”. O que nos permite concluir, corroborando com Castro (2005), que a *associação entre área social, infraestrutura e meio ambiente não passa de um apelo ideológico, uma imagem com efeito midiático para fazer frente ao desgaste do governo e a descrença da capacidade das políticas públicas promoverem um desenvolvimento equitativo na região amazônica* (CASTRO, 2005, p. 20)

### **Ambientalização<sup>19</sup> da Geopolítica: um novo paradigma?!**

Trata-se de explicitação clara dos elementos constitutivos de um novo modelo de desenvolvimento que tem como base a expansão do mercado interno, sobretudo o que deriva do consumo de massa, com a condicionante da estabilidade macroeconômica e o atributo da sustentabilidade ambiental. Essa orientação modifica a percepção predominante no passado, que entende o meio ambiente como obstáculo ao crescimento econômico, para inseri-lo como variável qualificadora do novo modelo, com importância equivalente à inclusão social, ao dinamismo econômico e à redução das desigualdades regionais.<sup>20</sup>

Apesar de muito pertinente a avaliação de Castro (2005) sobre a inserção da variável ambiental no processo de formulação de políticas públicas para Amazônia, a noção desenvolvida por ela de *apelo ideológico* ou *imagem com efeito midiático*, para definir esse processo, tem um poder explicativo extremamente reduzido. É fato que a noção de ecologia na Amazônia está em moda e que a bandeira ecológica vem servindo de argumento para os mais variados empreendimentos e iniciativas na região e no Brasil. No entanto, é necessário se debruçar sobre o contexto histórico-cultural de onde emerge tal noção e sobre o significado de sua utilização para entendermos melhor como



vêm sendo traçado “Os (Des)caminhos do Meio Ambiente na Amazônia” (GONÇALVES, 1989).

O marco da emergência, no plano político da questão ecológica no Brasil, é a década de 1970, quando se articulam uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico. Observa-se, nesse período, uma crescente participação desses movimentos na cena política, sobretudo, criticando as formas vigentes de produção e do modo de vida que incidiam de forma decisiva na degradação ambiental. Seu surgimento, no país, tem um contexto muito específico. O período de ditadura impôs-se de forma intensa sobre os movimentos sociais no País, além de ter marcado a construção de um regime autoritário e desenvolvimentista que foi responsável por um de seus momentos de maior desenvolvimento industrial, à custa de um extremo desrespeito à natureza. É nesse contexto que surge a preocupação ecológica, posteriormente o movimento, que passa a ter projeção internacional e, desta forma, a pressionar diversas instituições financeiras públicas e privadas a colocarem exigências ambientais para realização de investimentos. Esse processo influenciou a criação no País de

Diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os ansiados investimentos pudessem aqui aportar. Diga-se de passagem que estas instituições incluem, nos seus quadros, técnicos que se preocupam efetivamente com as condições de vida, porém a lógica destas instituições é determinada pela política global de atração de investimentos e não pelo valor intrínseco da questão ambiental.<sup>21</sup>

O que é interessante pontuar, na fala de Gonçalves, é que nesse momento de emergência da preocupação ecológica vão surgir diferentes lugares sociais, alguns legítimos, outros nem tanto, de onde vão emanar discursos e práticas contraditórias sobre o assunto. Especificamente no que diz respeito à atuação do Estado, devido às novas exigências das instituições financeiras e fomento para o desenvolvimento, passa a adotar medidas de caráter preservacionista no país. Esse entendimento é importantíssimo para pensarmos os usos sociais e oficiais da questão ecológica no cenário político nacional, onde esta aparece, além das reivindicações legítimas de alguns setores da sociedade civil, como moeda de troca nas negociações sobre desenvolvimento nas cúpulas políticas no âmbito do Estado.

Em suma, esse processo traduz-se, na Amazônia, em período recente como um processo de “ecologização da política”, ou, em outros

termos, “Ambientalização da Geopolítica”; essa é a novidade que pode ser levantada nesse modelo de desenvolvimento para Amazônia, de que falamos anteriormente, e que nasce, em grande medida, da irônica constatação por parte dos movimentos ambientalistas e dos promotores do desenvolvimento no país, e na Amazônia, de que:

Devastamos mais da metade de nosso País pensando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; mas eis que esta última com sua costumeira predileção pela ironia exige-nos agora como passaporte justamente a natureza.<sup>22</sup>

A inserção da variável meio ambiente nas propostas de desenvolvimento regional vem, de certa forma, renovar os discursos e as práticas geopolíticas na Amazônia. Essa nova relação entre geopolítica e meio ambiente, ou de forma mais incisiva, Ambientalização da Geopolítica,<sup>23</sup> acontece na medida em que o meio ambiente se converte em um elemento da geopolítica e, desta forma, torna-se uma lente significativa das relações internacionais e ações territoriais na região. Essa progressiva importância do meio ambiente acontece e justifica-se a partir de diferentes motivos: os conhecidos impactos ambientais que as políticas de desenvolvimento para a Amazônia vêm, historicamente, originando; a nobre tentativa de mudar a conflituosa relação entre crescimento econômico e degradação ambiental; a significativa capacidade de mobilização social que os assuntos da ecologia vêm tendo na região e no País; e, sobretudo, a significativa importância econômica atribuída aos recursos naturais nesse novo momento de acumulação do capital e de inserção da região na economia-mundo (FONTE; RUFÍ, 2006).

Esse processo de ambientalização não se restringiu apenas ao campo de atuação do poder voltado à estruturação do espaço amazônico. Segundo Lopes (2006), é um processo histórico que implica, simultaneamente, transformações no Estado e no comportamento das pessoas no trabalho, na vida cotidiana e no lazer... O autor afirma que esse processo está relacionado à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública, onde o aspecto ambiental constitui-se como nova fonte de legitimação e de argumentação nas diversas questões. Ou como mostra Gonçalves (2001), a construção e “*manifestação no espaço público por direitos daqueles que antes viviam sob a lógica do favor*” (GONÇALVES, 2001; p. 128). Por outro lado, os promotores do desenvolvimento na Amazônia, percebendo o campo fértil para formulação de novas estratégias de incorporação econômica da região, passam a atuar em uma outra



escala de intervenção. O que percebemos é que a coalizão esdrúxula de que fala Becker (1986), onde se relacionam os interesses legítimos daqueles que antes viviam na lógica do favor, com os interesses geopolíticos de duas frentes complementares, a energética e a biotecnológica, continua em vigência na Amazônia. Ambos os agentes falam em nome da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável, confirmando a tese de Gonçalves (1989), quando afirma que há vários lugares sociais de onde emana tal discurso, sendo que é materializado por práticas contraditórias e conflituosas. O interessante é perceber que um desses lugares de onde o discurso de desenvolvimento com sustentabilidade emana atualmente na/para a Amazônia é o Estado e setores privados. Essa reflexão possibilita-nos o entendimento de que a questão ambiental, na Amazônia, longe de ser algo definido, é uma noção socialmente construída que vem servindo para traduzir uma significativa dinâmica social na região, e que é utilizada para mobilização da sociedade, opinião pública e de setores privados em relação às diversas intervenções na região. A propósito, é bom dizer que:

[...] a noção de “meio ambiente” ela própria foi relativizada, podendo tanto expressar problemas e questões sociais anteriores, quanto novas questões criadas pelos movimentos ambientais emergentes. Assim, a natureza polissêmica das noções de “meio ambiente”, “poluição” e “risco” pode ser diferentemente apropriada por grupos sociais distintos tais como empresários, camponeses, pescadores ou trabalhadores industriais (LOPES, 2004, p. 98).

Além das significativas considerações do autor citado, pode-se mesmo afirmar que o meio ambiente no Brasil, especificamente na Amazônia, vem sendo utilizado com fins políticos para equacionar diferentes processos sociais que se desenrolam em um contexto de economia e política globalizadas, contexto que se traduz na região em forma de tensos processos de reestruturação do território. Para além dos diversos lugares sociais de onde emana o discurso ambiental, como já falamos acima, é possível dizer que, no caso da Amazônia, a ambientalização ocorre em duas frentes bem distintas, que aglutinam as falas de diferentes sujeitos sociais envolvidos em tal contexto, uma que diz respeito à sua área institucional do “meio ambiente”, a “natureza” tomada como elemento de retórica no discurso estatal, outra que diz respeito à natureza como



“virtualidade política” do movimento social, base da construção no direito ambiental e em outras instâncias jurídicas da noção de “direito difuso”. De um lado, uma instância preocupada com o meio ambiente, dado esse que passa, em período recente, a ser uma variável importante nas relações empresariais e nas possibilidades de participação no mercado. De outro, o meio ambiente como processo de interiorização de argumentos ambientais, que se traduzem em forma de reivindicação para a criação de instrumentos estatais de controle e prevenção dos problemas ambientais.

Esse processo vem originando, em período recente, na região, a construção de uma relação estreita entre setor público e privado. Essa relação, segundo Carvalho (2006), constitui-se como *um poderoso instrumento de política econômica e como espaço e ambiente institucional da constituição de políticas públicas* (CARVALHO, 2006. P. 60).

[...] complementariam o Estado enfraquecido em sua capacidade e grau de capilaridade para atingir todo o espaço da nossa imensa geografia, e dar conta da pluralidade e complexidade dos tipos de arranjos sociais fortemente marcados por peculiaridades regionais (VINHA, 1999, p. 16 apud CARVALHO, 2006).

Nesse novo padrão de relacionamento, o Estado (ou setor público) é tomado como controlador dos instrumentos regulatórios, não obstante, incapaz de abarcar a totalidade do território. É nesse contexto que passa a ser delegada, ou estrategicamente adotada pelas empresas (setor privado), características “semipúblicas, com viés ecologicamente correto. Assim, não é difícil encontrar, na Amazônia, instituições financiadoras ou as suas empresas que gestam os empreendimentos, reconhecidamente responsáveis pelos problemas ambientais na região, adotando o discurso de desenvolvimento com sustentabilidade como estratégia de mercado apoiada em compensatórios assistencialismos sociais. Com essa estratégia empresarial, tanto Estado, quanto setor privado anulam suas responsabilidades e a publicidade em relação às suas conhecidas formas de exploração dos recursos naturais degradadora do meio ambiente e potencialmente poluidora, mesmo sem interromper tal processo. A presença do princípio de sustentabilidade ambiental, nos discursos das estratégias empresariais e de mercado que vêm sendo desenvolvidos pelo Estado e setor privado, vem se expandido cada vez mais, na região amazônica,



e bem pode ser associado a uma etapa do processo discutido por Paula (2005), de reprivatização da natureza.

Apoiados nas considerações de Carvalho (2006), podemos afirmar que esse processo de ambientalização que vem sendo construído na Amazônia é, no mínimo, problemático, dado que:

O discurso “ambientalizado” de autorrepresentação da empresa pretende, sim, mostrá-la como portadora de uma vasta gama de qualidades morais e de respeito à alteridade, de atenção à população em situação de risco, de propósito de produção de conhecimento e de construção paisagística, de cultivo de diversidade biológica e reconstituição de florestas nativas, de recomposição de áreas que foram degradadas por agentes ambientalmente irresponsáveis e promoção econômica e social das populações locais, sustentando, ademais, ser a presença local da monocultura um poderoso agente do desenvolvimento regional (CARVALHO, 2006, p. 62).

Além do exposto por Carvalho (2006), podemos entender que a situação, na região, fica mais tensa, quando empresas e/ou Estado, que afirmam contribuir para o bem público, propõem “proteger o meio ambiente”; propósito em si objeto de disputa e contestação, uma vez que é de conhecimento público na região que práticas ditas de manejo madeireiro, por exemplo, apresentadas como forma de “preservação ambiental” são, ao contrário, representadas do ponto de vista de outros atores (índios, ribeirinhos, seringueiros, entre outros) como atentatórias aos seus respectivos ambientes.<sup>24</sup> Consideramos essa reflexão central para o presente capítulo, levando em consideração que o processo de modernização ecológica do discurso estatal e empresarial na Amazônia implica, necessariamente, outro processo muito mais problemático. Esse discurso afirma que:

Devido à dimensão global dos problemas ambientais e à importância de “globalizar” as instituições socioeconômicas, a rota mais eficaz para a proteção ambiental seria por meio de acordos e “regimes” ambientais internacionais, assim como de organizações internacionais de “governança”. (CARVALHO, 2006, p. 96)



Essa proposta, em curso na região, implica a construção de uma espécie de “internacionalismo ambiental”, que justifica a criação e intervenção de conglomerados e agências de fomento internacionais, como o Iirsa, na formulação das políticas públicas e nos processos de reestruturação dos territórios amazônicos. Um processo que, ao contrário de garantir a implementação do tão falado “Desenvolvimento Sustentável”, vai garantir a entrada e fixação, cada vez maior, de capitais estrangeiros e a consolidação, na Amazônia, da proposta de integração continental baseada na construção de infraestrutura para subsidiar o desenvolvimento regional. Um desenho claro que vem sendo construído na região da “geopolítica da dominação” que, cada vez mais, vem entregando os territórios amazônicos a uma lógica de mercado, sem os necessários instrumentos de regulação e fiscalização do Estado.

Assim, o discurso da “sustentabilidade” tende a facilitar o acesso da monocultura a grandes extensões de terra, limitando a possibilidade de manutenção de usos variados do território por parte de agentes sociais crescentemente envolvidos numa situação de violência simbólica. A legitimidade que o discurso do desenvolvimento sustentável tende a conferir às empresas favorece seu diferencial de poder de influência perante os demais sujeitos. (CARVALHO, 2006, p. 181.)

A adoção por parte dos novos empreendimentos da região desse enfoque supranacional na formulação de políticas “sustentáveis” de reestruturação do território, na Amazônia implica, como mostra Silva (2000), uma estratégia retórica de desincompatibilização entre crescimento econômico e preocupação ambiental. Implica ainda a redefinição da relação entre Estado, sociedade civil e empresas privadas, da qual falamos anteriormente. Temos, então, como já foi discutido anteriormente, desenrolando-se no cenário amazônico, basicamente dois polos de articulação da questão ambiental. Um que articula as noções de ecologia social, uma estratégia social que tem a natureza como virtualidade política do movimento. De outro lado, temos, cada vez mais forte, um ambientalismo empresarial que anda de mãos dadas com o processo de exacerbação da dominação política e econômica na região. Podemos concluir as considerações do presente artigo utilizando uma elucidativa fala de Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia Andrade (1988) sobre a questão:

A noção de “impacto ambiental” presta-se assim facilmente ao mascaramento da dominação política. Pois os efeitos de obras [...] são simplesmente ou principalmente “ambientais” ou “socioeconômicas”. Eles são essencialmente políticos, por resultarem de uma vontade de dominação que nega às populações humanas visadas o seu lugar de sujeitos de direito, isto é, de grupos sociais dotados de uma positividade política... A política ambiental do Estado, em suma, é um aparelho de despolitização do ambiente, por parte de uma ofensiva ideológica que visa à facilitação política de grandes projetos na Amazônia. Tal ofensiva pode ser acompanhada na proliferação de anúncios e matérias pagas de Eletronorte, da CVRD e congêneres, onde se apregoam os zelos ambientais e sociais de obras como Itaipu, Tucuruí, projeto Ferro Carajá, etc.; na instituição de prêmios de ecologia e no financiamento de documentários “ecológicos” por estas mesmas agências. E por fim, num esforço de disseminação da ideia de que os “pequenos” erros ambientais dos últimos anos serão agora substituídos por um caminho todo especial para com as tartarugas, as árvores e quem sabe os índios (CASTRO, 1988, p. 10).

A reflexão acima, é extremamente interessante por evidenciar a tentativa do Estado em construir um consenso, na esfera da sociedade civil, em relação à ideologia do desenvolvimento sustentável. A política ambiental, na Amazônia, vem servindo, em período recente, para construir o processo de despolitização da natureza. Afastar do processo de formulação e implementação de políticas, voltadas para o meio ambiente, a imagem da histórica ingerência estatal que se desenvolve na região. E esvaziar do processo desenvolvimentista em curso a importante influência de um significativo ambientalismo social, nascido das lutas de resistência de índios e seringueiros contra a destruição da floresta. Suas propostas iniciais são descartadas no processo de formulação das políticas ambientais. No entanto, suas falas vigoram como uma espécie de legitimação de todo esse processo. A tentativa de garantir a manutenção da dominação política, voltada para a exploração econômica, pouco sustentável, da Amazônia é o que garante a manutenção da imagem da região como sendo o lugar do planeta que consegue construir um paradigma de desenvolvimento que consegue equacionar equilíbrio ecológico, equidade social e prosperidade econômica.



## Notas

1. Ao utilizar o termo Fronteira, não estamos nos referindo a um tipo de Fronteira, mas vários fenômenos similares que mantém entre si diferenças internas e que estão todos relacionados a formas de produção do espaço (Ver REBORATTI, 1990).
2. A socióloga Lúcia Lippi Oliveira em um interessante estudo intitulado “A conquista do Espaço: sertão e Fronteira no pensamento social brasileiro” mostra que há, na História do Brasil, dois espaços simbólicos de Conquista do Oeste. O primeiro deles, no período colonial, o sertão, e em período recente a Amazônia. Chegando mesmo a afirmar que a categoria Fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que este estaria relacionado aos processos econômicos de incorporação e ocupação de “vazios demográficos”.
3. Tese defendida por Frederick Jackson Turner em 1893 na feira de Chicago em um artigo intitulado “O Significado da Fronteira para História Americana” (Ver Lopes, 2003).
4. A invisibilidade de mulheres, povos nativos, assim como outros sujeitos sociais, inerente na teoria de Fronteira é o que leva muitos autores e estudiosos a insistirem na necessidade de se rejeitar o termo “Fronteira”, devido seu caráter frequentemente racista e de limitado poder explicativo.
5. Um dos autores mais destacados na defesa da aplicação do “método comparativo” da Fronteira norte-americana para explicar o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro é Otávio Guilherme Velho. O autor afirma em “Capitalismo Autoritário e Campesinato” que devido à utilização do referido método seu transitou de uma sociologia da fronteira para uma sociologia a partir da fronteira. No entanto, em suas reflexões, aponta para a construção de uma “Fronteira em movimento”, afirmando, com isso, que não é adequada a transposição do caso norte-americano para outras regiões.
6. O sociólogo Robert Wegner em instigante estudo intitulado “A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda”, tenta relacionar à tese de Turner a maneira específica com que a fronteira funciona no Brasil. Segundo o mesmo, a partir de uma leitura de Sérgio Buarque, afirma que o Brasil, como toda a América Latina, apresenta o princípio de fronteira já no começo da “descoberta” e da conquista.
7. Parte importante das construções feitas aqui surge também de significativas considerações feitas pelo autor em conferência proferida em 12 de setembro na cidade de Manaus.
8. Segundo Holanda (1994) é injustificável a pretensão de aplicar os esquemas de Turner às condições que se criaram no Brasil e se associaram a sua expansão demográfica.



9. Deixamos claro nessa parte do texto que a afirmação referida acima é de opinião da autora, no sentido de pensarmos, e nessa direção estabelecermos oposição, em uma Amazônia não como “último grande espaço escassamente povoado do planeta”, já que, quando partimos para julgamentos dessa natureza, em geral, utilizamos critérios externos a região, e nesse sentido incorremos no erro apontado por Boaventura, que é inerente a epistemologia do Norte. Ao refletirmos sobre a ocupação da região, preferimos pensá-la como o resultado de movimentos diáspóricos centenários que foram capazes de produzir um tipo bem específico e peculiar de ocupação, que deve ser reconhecido como tal.

10. Documento assinado em Brasília, na data de 3 de junho de 1978, pelos presidentes da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, países que compõem a faixa de Fronteira amazônica.

11. Tratado de Cooperação Amazônica – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Octa), 1978.

12. Idem.

13. Planejamento Territorial Indicativo – Carteira de Projetos da Iniciativa para Integração Regional da Infraestrutura Regional Sul-Americana, 2004; Ferramenta de Trabalho para o desenho de uma visão estratégica da integração sul-americana, 2004.

14. O Plano Amazônia Sustentável foi formulado por uma ação interministerial entre os ministérios do Meio Ambiente, Relações Exteriores, Planejamento e da Integração Regional, formulado e lançado em 2005.

15. Programa de Desenvolvimento da faixa de Fronteira, formulado pelo Ministério da Integração Nacional em 2003, p.11.

16. Divisão de Atos Internacionais, Ministério das Relações Exteriores. pronunciamento do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

17. Plano Amazônia Sustentável, 2005.

18. Um bom exemplo da afirmação feita acima é o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável das áreas de influência da Rodovia BR 163 / Cuiabá – Santarém. Tal plano de desenvolvimento sustentável prevê a criação de um vasto mosaico de unidades de conservação para mitigar os possíveis impactos oriundos do asfaltamento da rodovia. A territorialização desse empreendimento nasce não a partir da demanda das comunidades tradicionais que vivem na região, mas para atender a necessidade de construção de ações compensatórias.

19. O termo Ambientalização foi construído por Lopes (2004), segundo o autor, o termo é um neologismo que denota um processo histórico de construção de novos fenômenos, um processo de interiorização pelas pessoas, por diferentes grupos

sociais e por discursos institucionais, das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente. Carvalho (2006) mostra que Ambientalização é um processo base para o que vem chamando de modernização ecológica, que designa o processo pelo qual as instituições políticas internalizam preocupações ecológicas no propósito de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais.

20. Plano Amazônia Sustentável, 2005. p. 5.

21. GONÇALVES, 1989, p. 15.

22. Eduardo Viveiros de Castro, “Prefácio”, in R, Arnt e S. Schwartzman, 2000. P. 13.

23. O conceito de Ambientalização da Geopolítica é proposta por Joan Nogué Font e Joan Vicente Rufí. Segundo os autores, essa nova relação entre geopolítica e meio ambiente tem que ser analisada e compreendida a partir de aspectos científicos, sociais, culturais, econômicos e políticos.

24. Carvalho (2006) afirma que essa estratégia empresarial utilizada por grupos que detêm o poder econômico e político de determinada região serve para alargar continuamente a sua territorialidade, econômica, social e política, decorrente da diversidade dos públicos, das áreas de execução e dos programas propriamente ditos. Ou seja, através destes programas, assim como da adesão a conceitos de sustentabilidade “construídos em consonância com seus interesses econômico-sociais, a empresa se aproxima dos princípios de um capitalismo esverdeado, que considera que a resolução dos problemas socioambientais passa principalmente pelas soluções técnicas”, enquanto “no que diz respeito às comunidades, o conceito é genérico e, portanto, não esclarece o que a empresa pensa sobre o que é de fato “respeito às comunidades”.

## Referências

ALBAGLI, Sarita. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. *Parcerias Estratégicas* – Biodiversidade, pesquisa e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Número 12 – Setembro, 2001.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas* – modelos e cenários para Amazônia: o papel da ciência. Número 12 – Setembro, 2001.

\_\_\_\_\_, Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, 2005, v. 19, n. 53, ISSN0103-4014.



\_\_\_\_\_. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CABRAL, Eugênia Rosa. Institucionalização da questão ambiental e exploração mineral no Pará e Minas Gerais: valorização da natureza e inversão da imagem da mineração. *Revista Iberoamericana de Economia Ecológica*, v. 5, p. 27-45.

CARVALHO, Márcia Maria Andrade de. *A “Ambientalização” do discurso empresarial no extremo sul da Bahia*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, Eduardo V.; ANDRADE, L.: Hidrelétricas do Xingu, o Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, L. E.; ANDRADE, L. (org.). *As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de SP, 1988.

CASTRO, E. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. *Atores e Relações Sociais em Novas Fronteiras na Amazônia*. Novo Progresso, Castelo dos Sonhos e São Feliz do Xingu. Belém: Paper de Bachground, 2002.

\_\_\_\_\_, Estado e Políticas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIAS, Armim; HURTIENNE, Thomas (org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejusp/UFPA-Naea.

CAVALCANTE, Márcio Roberto Vieira. “Outras Fronteiras” na Amazônia Ocidental: estudo das políticas de estruturação do território. In: ALBUQUERQUE, G. R. (Org.). *Nós e Eles, os outros – conversas sobre as Amazônia*s. Rio Branco: Editora da Ufac-Edufac, 2007. 245 p. v. 1.

CECENÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. *Territorialidade de la Dominación: la integración de infraestructura regional sudamericana (IIRSA)*. Buenos Aires: Observatório Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

LENZI, Cristiano Luis. Modernização Ecológica e a Política Ambiental Catarinense. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 117-134, Abril de 2006.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *A Ambientalização dos Conflitos Sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. Sobre processos de “Ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan/jun. 2006.

MELLO, Neli Aparecida de. *Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As Políticas Federais e Reconfigurações Espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*. v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

PAULA, Elder Andrade de. *(Des)envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005. 383p.

SEVÁ, Oswaldo. Relato sobre “Nós e Eles” no Acre de 1976 – e ensaio sobre a expansão capitalista globalizada na Amazônia. In.: ALBUQUERQUE, G. R. (Org). *Nós e Eles, os outros – conversas sobre as Amazônias*. Rio Branco. Editora da UFAC-EDUFAC, 2007. v. 1. 245 p.

SILVA, Guilherme Nunes. *Modernização Ecológica VS Ambientalização Multisserorial no setor Empresarial Sulbrasileiro: estudo de caso de adoção de tecnologias limpas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

SILVA, José Graziano da. Globalização da Agricultura. In.: SIVEIRA, M.; VILELA, S. *Globalização e a Sustentabilidade da Agricultura*. Jaguaruina, Embrapa Meio Ambiente – 1998. (Série Documentos, p. 29 a 38).

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no Continente. *Estudos Avançados*, 2005, v. 19, n. 53.

